

“Operação Lança do Sul” ou, quando o terrorismo de Estado veste farda estadunidense

por Rômulo Cristaldo¹

A apreensão de um petroleiro na costa da Venezuela por militares dos Estados Unidos, na quarta-feira, 11 de dezembro de 2025, inaugura um novo capítulo no impasse entre Trump e Maduro. Há meses, as forças armadas norte-americanas vêm bombardeando pequenas embarcações em águas internacionais no Caribe, sob a alegação de combater rotas de tráfico de drogas. As ações recentes, porém, elevam o patamar das agressões e rebaixam ainda mais a posição dos EUA no cenário internacional.

Após uma escalada retórica contra o mandatário venezuelano, Nicolás Maduro, Trump finalmente o classificou com a mais infame etiqueta diplomática produzida pelo aparato estadunidense: líder de um cartel “narco-terrorista”. O presidente venezuelano — opositor vocal dos EUA, mas, paradoxalmente, à frente de um dos principais fornecedores de petróleo para a América do Norte — tem sido pressionado por Trump a renunciar em favor de uma oposição mais alinhada e subserviente. Essa estratégia de intimidação discursiva, por meio de ameaças e declarações calculadas, foi acompanhada por outros membros do gabinete, como o Secretário de Defesa Pete Hegseth e o Secretário de Estado Marco Rubio. Como desdobramento desse esforço de coerção, o governo Trump iniciou um perigoso movimento militar que rapidamente ampliou as tensões entre os dois países.

Desde meados de 2025, as forças armadas dos Estados Unidos vêm deslocando tropas e equipamentos de alto poder bélico para a região do Caribe, configurando um cerco à Venezuela. Estacionados em águas internacionais ou em bases dispersas por países vizinhos, encontram-se ao menos doze navios de guerra, dois porta-aviões, um submarino nuclear, um número desconhecido de aeronaves de reconhecimento e bombardeio, além de mais de 15 mil soldados, segundo estimativas especializadas.

Essa iniciativa, chamada “Operação Lança do Sul”, teria como objetivo oficial combater o narcotráfico, mas revela-se flagrantemente desproporcional. Não há precedentes para o uso de tamanho aparato militar apenas para enfrentar sindicatos do crime. A operação — gigantesca e custosa — apresenta claros contornos de invasão, ou pelo menos

pretende parecer algo próximo disso. No Caribe, os EUA recorrem a uma velha e inquietante tática de intimidação, conhecida como “big stick”: exibir poderio militar para subjugar a vontade de um opositor. A ameaça de guerra busca, por um lado, persuadir Maduro a renunciar e, por outro, corroer o apoio interno ao governo por meio do medo de um conflito desigual.

Em qualquer dos casos, os alvos principais não parecem ser estruturas militares, mas sim a própria população venezuelana. A estratégia aposta deliberadamente na insegurança e no medo coletivo para alcançar objetivos políticos e econômicos. Ações violentas e ameaças destinadas a produzir pânico entre civis têm nome: terrorismo.

A exibição ostensiva de força militar tornou-se ainda mais burlesca quando se iniciaram ataques a embarcações civis de pequeno porte. Sob a justificativa — jamais acompanhada de evidências — de que seriam veículos de contrabando, os militares norte-americanos passaram a bombardear barcos sem qualquer abordagem prévia, possibilidade de defesa, devido processo legal, apreensão ou prisão. Mais de vinte lanchas foram destruídas à distância; em alguns casos, sobreviventes foram novamente alvejados para assegurar suas mortes.

A ação militar contra civis, mesmo que presumidos criminosos, é considerada crime de guerra pelo direito internacional. Conflitos armados se dão entre combatentes. Atacar deliberadamente a população, de forma desproporcional e sem investigação formal, configura assassinato. Ademais, mesmo que se provassem os crimes alegados, alvejar inimigos feridos ou rendidos permanece sendo crime de guerra — e revela traços de sadismo.

A escalada atingiu novo patamar em 11 de dezembro de 2025, quando militares norte-americanos abordaram e apreenderam um petroleiro venezuelano carregado e em operação comercial. Segundo os fatos divulgados até agora — e pelas próprias declarações de Trump — os EUA reivindicam posse da carga e controle da embarcação, num desdobramento diplomático patético. O valor financeiro do petróleo é irrisório diante do custo colossal da operação

militar, o que reforça o caráter político da ação.

Na prática, apropriar-se violentamente, em alto-mar, de bens pertencentes a outro Estado ou a privados é um ato de pirataria.

Nada disso, porém, é estranho ao Ocidente: potências europeias historicamente empregaram criminosos a soldo para saquear riquezas marítimas. Inglaterra, Holanda, Espanha, Portugal — todos recorreram a corsários, seja para o tráfico de escravos, o comércio de drogas, a intimidação ou o roubo. Não surpreende que um Estado herdeiro dessa cultura, controlando uma força militar de alcance global, utilize tal poder para pilhagem. Surpreende, isto sim, admitir isso publicamente, sem pudor, certos da própria impunidade.

No mundo contemporâneo, nenhuma narrativa oficial é espontânea. Cada palavra, imagem, gesto ou silêncio é planejado para reforçar a imagem do líder, mobilizar apoiadores e enviar recados a outros atores políticos. Nessa lógica, quando o governo dos EUA divulga imagens da apreensão e Trump afirma que ficará com o “butim”, há evidente intenção discursiva. O objetivo explícito é reafirmar a imagem de “líder forte” que Trump tenta fabricar; o objetivo estratégico é sinalizar a Maduro que os canais econômicos do regime serão estrangulados. O subtexto, contudo, é ainda mais revelador: os EUA assumem abertamente uma postura delinquente na cena internacional, avessa à diplomacia, atuando como Estado agressor, terrorista e agora operador de crimes comuns televisionados.

De autoproclamado “líder do mundo livre” (categoria que nunca lhe coube, mas deixemos isso para outra ocasião), os Estados Unidos rebaixam-se — ou, talvez, revelam sua verdadeira natureza — a um regime autoritário, intervencionista e praticante de terrorismo, crimes de guerra e pirataria. De uma estrutura política oligárquica, de uma sociedade fundada no racismo e no consumismo, de um sistema econômico voltado à hiperconcentração de renda e de uma mídia condescendente, o que poderia emergir? O que se vê no Caribe oferece a resposta.

Quem será capaz de conter um Estados Unidos inconsequente?

Esse contexto remete aos temores dos fundadores do país, que, ao criar um sistema de freios e contrapesos, buscavam impedir o advento de um autoritarismo. Quando Woodrow Wilson enfraqueceu esse arranjo em nome de um Estado “moderno” e supostamente mais ágil, no início do século XX, abriu caminho para um

Trump — ao mesmo tempo em que possibilitou a construção de um aparato estatal de alcance e poder extraordinários.

Tudo leva a crer que o que Wilson iniciou foi de uma irresponsabilidade histórica sem paralelo. E agora nossa geração terá de lidar com o resultado: o Estado mais rico e

militarmente poderoso da história humana está nas mãos de líderes arrogantes, autoritários e insidiosos — figuras com tendências megalomaníacas e narcisistas, além de evidente déficit de empatia.

Acautelai-vos!

ⁱ Rômulo Cristaldo é Doutor em Administração (UFBA) e Professor de Administração Pública e Estudos Organizacionais da Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia (FACE) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).